

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 500.686 - SE (2019/0085207-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : JOSE CASSIO SANTOS JUNIOR E OUTROS  
**ADVOGADOS** : DELIAN PEREIRA DOS SANTOS - AM011743  
MARCIA SOARES CORREIA - SE009495  
JOSÉ CASSIO SANTOS JÚNIOR - SE012233  
JOSE CASSIO SANTOS - SE009161  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
**PACIENTE** : WILLIAMS DE OLIVEIRA MONTEIRO (PRESO)

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WILLIAMS DE OLIVEIRA MONTEIRO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS*. CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, 2º, II E IV, DO CP) E DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 14 DA LEI 10.826/03). NEGATIVA DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA, O QUE NÃO É CABÍVEL NA VIA ESTREITA DO WRIT. NÃO CONHECIMENTO DESTE PONTO. MÉRITO. INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DEVIDAMENTE INSTAURADO PELA AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA (PROCESSO 201920500059). RESPEITO AO ART. 149 DO CPP. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA DEVIDAMENTE DEMONSTRADOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE PATENTE DO AGENTE. AGENTE FORAGIDO, SENDO DETIDO COM A EFETIVAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS IRRELEVANTES. NÃO SE AFIGURA SUFICIENTE E ADEQUADA, IN CASU A APLICAÇÃO DE DAS MEDIDAS CAUTELARES SUBSTITUTIVAS DA PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA NA PARTE CONHECIDA.

O paciente responde pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal.

A defesa busca a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de medidas alternativas, sob o argumento de que não há indícios de autoria, bem como por não haver fundamentação idônea para determinar a prisão. Salienta, ainda, que há excesso de prazo.

Assim, requer a concessão do *habeas corpus* para revogar a custódia ou impor cautelares diversas.

# Superior Tribunal de Justiça

A liminar foi indeferida e assim mantida em agravo regimental.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento ou pela denegação da ordem.

Na origem, nos autos da Ação Penal n. 0028293-14.2017.8.25.0001, denota-se a superveniência de pronúncia, em 15/7/2019, na qual se negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

É o relatório.

DECIDO.

De início, a matéria relativa ao excesso de prazo não foi objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 28/37. Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Além disso, no procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Por outro lado, destaca-se que a superveniência de pronúncia ou de sentença não implica a constituição de novo título prisional se não agregados novos fundamentos.

No caso, o decreto prisional originário assim dispôs:

[...]. Analisando os argumentos ora esposados pelo Parquet, vislumbro restarem presentes os requisitos, indícios de autoria e materialidade (esta última evidenciada na peça de p. 12 e depoimentos prestados em sede inquisitorial, constantes do IP em tramitação), **estando atualmente o indiciado em local ignorado, pois evadiu-se após a prática da conduta narrada na peça de representação da ilustre autoridade policial, caso em que se fazem presentes os fundamentos autorizadores do decreto preventivo requerido, quais sejam, ameaça à conveniência da instrução criminal, à aplicação da Lei Penal e à ordem pública que restariam abaladas.**

Ademais, sendo o indiciado um Policial Militar a conduta que lhe é imputada, que é a suspeita de autoria do crime narrado, se torna de uma gravidade maior, fazendo com que a sociedade fique frustrada por permanecer circulando livremente.

Ressalte-se que toda prisão cautelar, incluída aí a preventiva, tem como fundamento de validade a supremacia do interesse público, consubstanciado nas hipóteses do artigo 312 do CPP, sobre o interesse privado, que é o direito de liberdade, enquanto não transitada em julgado a sentença condenatória, havendo, nos autos elementos suficientes para decretação de tão gravosa e excepcional medida, neste momento.

Outrossim, com o advento da Lei 12.403/2011, preenche o acusado o

# *Superior Tribunal de Justiça*

requisito de admissibilidade da medida de prisão preventiva, previsto no art. 313, inciso I, do CP, em razão de, ao delito que lhe é imputado, ser cominada pena mínima superior a 04(quatro) anos de reclusão, frisando-se, também, a pluralidade de vítimas.

Dessa maneira, exclui-se a possibilidade de Aplicação de outras medidas cautelares prevista no art. 319 do CPP, demonstrando-se adequada, necessária e proporcional a prisão preventiva do réu, neste momento processual.

Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA. DECRETANDO-A em relação ao acusado WILLIAMS DE OLIVEIRA MONTEIRO, brasileiro. [...]

Já na decisão de pronúncia, a custódia cautelar foi assim fundamentada (fl. 165):

[...] Nos termos do disposto no art. 413, § 3º, do CPP e diante do pedido de revogação preventiva formulado na audiência do dia 12/06/2019, quanto a WILLIAMS DE OLIVEIRA MONTEIRO (WIL ou MONTEIRO), vislumbro que inexistem motivos plausíveis para ensejar a revogação da sua custódia cautelar, uma vez que, sem alteração substancial no quadro fático, ainda se fazem presentes os motivos ensejadores do decreto preventivo, sendo medida necessária para a garantia da ordem pública, bem como para resguardar a prova a ser produzida na segunda fase do procedimento do Júri, considerando, também, os argumentos lançados nas decisões proferidas em 11/02/2019 (pp. 352/355) e 07/06/2019 (pp. 489/491), os quais adoto como parte integrante da presente, como motivação per relationem. **Além disso, importante destacar que o réu WILLIAMS DE OLIVEIRA MONTEIRO (WIL ou MONTEIRO) figura como réu nos autos de nº 201087001126, pronunciado em 24/09/2018 por homicídio qualificado, e como réu nos autos de nº 201820400653, em andamento, pela suposta conduta tipificada no art. 16 da Lei nº 10.826/2003 conforme consulta realizada no Sistema de Controle Processual do TJ/SE e certidão de p. 546. Frise-se que a conduta do acusado WILLIAMS DE OLIVEIRA MONTEIRO (WIL ou MONTEIRO), considera-se de elevado grau de reprovabilidade, assim, a liberação deste neste momento compromete a ordem pública, esta compreendida no sério risco de reiteração delitiva por sua parte, devendo o Estado adotar as medidas necessárias para acautelar o processo e a sociedade.**

Como se vê, o decreto preventivo sofreu inovação, ao agregar o risco de reiteração delitiva como novo fundamento para a garantia da ordem pública, tornando-se, assim, novo título prisional.

Desse modo, encontra-se superado o debate acerca do decreto de prisão preventiva do paciente, pois, configurando a pronúncia um novo título, necessária a prévia submissão da matéria ao Tribunal de origem, sob pena de supressão de instância. A propósito:

# Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO CAUTELAR. ALEGADA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. INDEFERIMENTO DO APELO EM LIBERDADE. INOVAÇÃO NOS FUNDAMENTOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA. PERDA DO OBJETO. INCONFORMISMO JULGADO PREJUDICADO QUANTO AO PONTO.

DECISÃO IMPUGNADA QUE DEVE SER MANTIDA. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. Nos termos do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Sodalício, a superveniência de sentença penal condenatória, na qual se agrega nova motivação para a manutenção da prisão cautelar, torna prejudicada a irresignação quanto ao ponto, isto porque, o novo título prisional contém fundamentos cuja legalidade ainda não foi examinada pelo Tribunal originário, não cabendo, portanto, a este Superior Tribunal apreciá-la de forma originária, sob pena de indevida supressão de instância.

2. Constatado que, de fato, o Juízo sentenciante inovou na motivação utilizada para justificar o indeferimento do apelo em liberdade na hipótese dos autos, deve ser mantida a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos, porquanto proferida em consonância com a jurisprudência firmada pelo STF e pelo STJ.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC 49.413/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 06/11/2014),

Ante o exposto, julgou prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator